EXECUTIVO**GABINETE DO GOVERNADOR****LEI Nº 9.654, DE 1º DE JULHO DE 2022***

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Amazônia Agroindustrial (AMAZONCOOP), do Município de Castanhal. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, a Cooperativa Amazônia Agroindustrial (AMAZONCOOP), CNPJ nº 14.359.146/0001-32, com sede na Alameda Tenente Norberto Magalhães, nº 2723-B, Bairro Saudade I, CEP: 68.741-430, com foro na Comarca de sua jurisdição.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 1º de julho de 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

***Republicada por ter sido publicada com incorreção no D.O.E. nº 35.031, de 1º de julho de 2022 - Edição Extra.**

LEI Nº 9.666, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Institui a Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica, no Estado do Pará. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica, a ser realizada, anualmente, de 8 a 14 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 22 de agosto de 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

LEI Nº 9.667, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Institui a Semana da Mulher Rural, no âmbito do Estado do Pará.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Trabalhadora Rural, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de outubro.

Parágrafo único. A Semana da Mulher Rural será incluída no calendário oficial de eventos do Estado do Pará.

Art. 2º Por ocasião da Semana da Mulher Rural poderão ser efetivadas ações, visando a homenagem em prol da Mulher Rural, estendendo-se as atividades durante toda a semana que incluir o dia 15 de outubro, com os seguintes objetivos:

I - promover debates, palestras e outros eventos acerca da importância da mulher na agricultura familiar;

II - realizar cursos de capacitação técnica em áreas diversas de atuação rural;

III - divulgação de políticas públicas voltadas às mulheres;

IV - incentivar a criação de grupos, associações ou cooperativas de trabalhadoras rurais.

Art. 3º O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades sem fins lucrativos e demais instituições que tratem do tema relativo à atividade da mulher no campo, com vistas a implementar atividades, palestras e afins que deem efetividade aos eventos instituídos por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 22 de agosto de 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

LEI Nº 9.668, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia da Alfabetização.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia da Alfabetização, a ser comemorado no dia 08 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 22 de agosto de 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

LEI Nº 9.669, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Educação Adventista.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Educação Adventista, a ser comemorado, anualmente, no primeiro sábado de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 22 de agosto de 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

LEI Nº 9.670, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz (ASPAR).

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, em reconhecimento aos serviços que presta na sua área de atuação, a Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz (ASPAR), CNPJ nº 84.059.245/0001-84, com sede à Rua da República, S/N, Bairro Praia da República, Município de Porto de Moz, com foro na Comarca de Porto de Moz. Parágrafo único. A inobservância das disposições legais fará cessar, a qualquer tempo, a presente utilidade pública.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 22 de agosto de 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

LEI Nº 9.671, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Civil e Cultural Grupo Folclórico Boi Bumbá Malhadinho.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado e reconhecido como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Civil e Cultural Grupo Folclórico Boi Bumbá Malhadinho, registrada no CNPJ sob nº 07.403.532/0001-19, com sede na Rua Coronel Monfredo, S/N, Bairro Centro, no Município de São Sebastião da Boa Vista.

Parágrafo único. A referida entidade vem atuando desde o dia 11 de março de 2005 e se enquadra nas exigências das leis específicas, em relação a sua finalidade social, assistencial e cultural.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 22 de agosto de 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

Protocolo: 843207

DECRETO Nº 2566, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 9.748.815,81 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei nº 9.496, de 11 de janeiro de 2022

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 9.748.815,81 (Nove Milhões, Setecentos e Quarenta e Oito Mil, Oitocentos e Quinze Reais e Oitenta e Um Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
111080433112978415 - Auditoria Geral do Estado	0101	339046	280.000,00
261010618115028259 - PMPA	0101	449052	892.485,06
291012678214867505 - SETRAN	0101	444042	5.999.719,49
481011912212978338 - SECTET	0101	339092	1.027,53
672011648214897642 - COHAB	0101	449051	277.861,00
722012312212974668 - JUCEPA	0261	339030	6.000,00
852010612615088238 - CPC	0101	339040	692.381,00
852010612615088238 - CPC	0101	339140	228.179,00
901011030515078881 - FES	0103	339036	124.271,29
901011030515078881 - FES	0349	339033	136.891,44
922012012212978338 - ADEPARÁ	0261	339037	1.100.000,00
961011112615088238 - NGPMCRECID-ADM	0101	339140	10.000,00
TOTAL			9.748.815,81

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
111080412212978412 - Auditoria Geral do Estado	0101	319011	280.000,00
261010630315028277 - PMPA	0101	449052	892.485,06
291012678214867429 - SETRAN	0101	449051	5.999.719,49
481011912615088238 - SECTET	0101	339092	1.027,53
672011648214898185 - COHAB	0101	449051	277.861,00
722012312212978338 - JUCEPA	0261	339039	6.000,00
852010618315028268 - CPC	0101	339030	920.560,00
901011012212978338 - FES	0103	339039	124.271,29